

## O CONCEITO DE POLÍTICA EM MARX: ANÁLISE DE OBRAS DE 1843 A 1871

Maria Fernanda da Silva<sup>1</sup>

Edna Bertoldo<sup>2</sup>

### RESUMO

O objetivo deste artigo é perceber como Karl Marx conceitua a categoria Política em algumas de suas obras, seguindo uma linha temporal que vai desde o ano de 1843 até 1871. Para tal análise, foram escolhidos os seguintes textos: Para a questão judaica (1843), Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”, de um prussiano (1844), Manifesto da Partido Comunista (Marx e Engels, 1848), As lutas de classes na França de 1848 a 1850 (1850), O 18 Brumário de Luis Bonaparte (1852) e A guerra civil em França (1871). A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica nas obras citadas, atendo-se aos prólogos de algumas dessas obras, de onde foram retiradas informações acerca do momento histórico vivido por Marx quando da escrita daqueles textos, tendo em vista manter uma relação entre o contexto e o conceito de Política esboçado por Marx. Após o trabalho de análise, pudemos concluir que o conceito de Política em Marx aparece interligado ao de Estado, o qual denota a instituição cuja tarefa é perpetuar o poder de dominação do capital sobre o trabalho. Sendo, então, necessária sua abolição para que uma sociedade radicalmente nova, a comunista, possa florescer.

**Palavras-chave:** Marx; Política; Conceito.

### THE CONCEPT OF POLITICS IN MARX: ANALYSIS OF WORKS DATED FROM 1843 UNTIL 1871

### ABSTRACT

The purpose of this paper is to see how Karl Marx conceptualizes the Politics category in some of his works, following a time line that goes from the years 1843 until 1871. For this analysis, we chose the following texts: For the Jewish Question (1843), Marginal Glosses critical to the article "The King of Prussia

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Mestranda em Educação Brasileira pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da UFAL. E-mail: [mariafernandaal@ibest.com.br](mailto:mariafernandaal@ibest.com.br)

<sup>2</sup> Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Estadual Paulista – UNESP (Campus de Marília). Professora Adjunto do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas – UFAL. E-mail: [edna\\_bertoldo@hotmail.com](mailto:edna_bertoldo@hotmail.com)

and Social Reform, " a Prussian(1844), Manifesto of the Communist Party (Marx and Engels, 1848), The class struggles in France from 1848 to 1850 (1850), The 18 Brumaire of Louis Bonaparte (1852) and The Civil War in France (1871). The methodology used was literature search in the works cited, in keeping with the prologues of some of these works, from which they were removed information about the historic moment when Marx lived when he wrote those texts, in order to maintain a relationship between the lived context and concept developed by Marx. After doing the analysis, we concluded that the concept of politics in Marx appears linked to the state, denoting the institution whose task is to perpetuate the power of domination of capital over labor. It is necessary abolish the state to a radically new society, communist, can flourish.

**Key-words:** Marx; Policy; Concept

## **Introdução**

Marx, ao nos deixar um legado teórico riquíssimo, resultado de uma vida dedicada aos estudos da sociedade civil de sua época, não escreveu somente sobre o sistema do capital e seu cruel mecanismo de funcionamento - o qual rouba o produtor de seu direito de usufruir daquilo que produziu, colocando toda a riqueza nas mãos do capitalista - mas, também, é autor uma complexa teoria acerca da Política traduzida na figura do Estado, demonstrando como este serve como um complemento do capital para a exploração do trabalho.

Diante disto, neste artigo, temos o intuito de analisar um pouco mais detidamente as ideias de Marx acerca da Política por meio de uma pesquisa bibliográfica. Para tanto, investigaremos algumas de suas obras, seguindo uma linha do tempo que vai de 1843 a 1871, compreendendo os seguintes textos: Para a questão judaica (1843), Glosas críticas marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma social", de um prussiano (1844), Manifesto da Partido Comunista (Marx e Engels,1848), As lutas de classes na França de 1848 a 1850 (1850), O 18 Brumário de Luis Bonaparte (1852) e A guerra civil em França (1871). Com este estudo pretendemos perceber como o conceito de Política em Marx vai se desenvolvendo em razão do amadurecimento de seu horizonte teórico e dos dados de realidade que marcaram cada contexto em que as referidas obras foram escritas.

Sem mais delongas, passemos, então, para nosso estudo, que será dividido pelas análises separadas de cada obra a que fizemos menção, iniciando com "Para a Questão Judaica".

## Para a Questão Judaica (1843)

Nossa primeira incursão na pesquisa sobre o pensamento diacrônico de Marx acerca do conceito de Política se dará por meio da investigação na obra *Para a Questão Judaica*, escrita entre agosto e dezembro de 1843, quando Marx tinha 25 anos, e publicada no ano de 1844, nos Anais Franco-Alemães.

Em 1843, a Gazeta Renana, jornal onde Marx trabalhava, é fechada pelos censores do governo prussiano. Marx recusa convite do governo para ser redator no diário oficial, optando por mudar-se para Paris. Na capital francesa, Marx assume a direção dos Anais Franco-Alemães e é apresentado a várias sociedades secretas de socialistas e comunistas. Neste ano, as obras *Crítica da filosofia do Direito de Hegel* e *Para questão judaica* são concluídas. É ainda em 1843 que dá-se o casamento de Marx com Jenny von Westphalen.

O texto de *Para a Questão Judaica* é uma resenha crítica feita por Marx de dois escritos de Bruno Bauer (*A Questão Judaica* e *A capacidade dos judeus e dos cristãos hodiernos para se tornarem livres*), o qual significou um rompimento teórico-metodológico entre Bauer e Marx, mas não o fim da relação cortês que existia entre os dois.

Os anos de 1800-1850 mostraram a Marx e a Bauer uma situação de miséria na Alemanha, traduzida pela carência material e pelo atraso sócio-político, considerando-se os vizinhos Inglaterra e França. Além de ser ainda um país essencialmente rural e de economia agrária, a situação sócio-política alemã era especialmente grave: boa parte de seu território ainda permanecia dentro do *Ancien Régime*<sup>3</sup>. Um avanço em direção à modernização se deu com a ocupação napoleônica, mas com a derrota de Napoleão o movimento posto em marcha foi freado e com o reinado de Frederico Guilherme III (1770-1840), deu-se curso a uma política de reversão da democratização antes conseguida.

A Alemanha da época permanecia então articulada numa liga de 39 Estados, a Confederação Germânica, que não significava um Estado Nacional unificado, mas, um conjunto de Estados com diversas representações políticas e dominação da nobreza fundiária.

A economia alemã foi dando tímidos sinais de crescimento com o desenvolvimento das indústrias metalúrgica, de bens de consumo e de transporte. Esse avanço fez com que o proletariado crescesse e o número de camponeses fosse reduzido. Nesse contexto, a burguesia industrial começou a

---

3 O **Antigo Regime** ou **Ancien Régime** (do francês) refere-se originalmente ao sistema social e político aristocrático estabelecido na França, sob as dinastias de Valois e Bourbon, entre os séculos XIV e XVIII. Durante o Antigo Regime a sociedade francesa encontrava-se dividida em três ordens, estamentos ou estados: o clero (Primeiro Estado), a nobreza (Segundo Estado) e o Terceiro Estado, que representava a burguesia e os camponeses. Cada estado tinha direito a um voto nas decisões das assembleias (Estados Gerais). Essa divisão era considerada injusta, pois a nobreza e o clero, que nesse sistema tinham direito a um voto cada, compunham na verdade um só grupo, já que o Estado era vinculado à Igreja Católica na época.

retomar suas pautas, entrando em conflito com a nobreza feudal.

Entretanto, a burguesia ainda apresentava debilidades em seus movimentos e o proletariado nisto ainda era principiante. Ficou então a cargo da intelectualidade jovem alemã nos anos de 1830-1840 o papel de relevo no defrontamento com a situação atrasada da Alemanha. Essa juventude era portadora de um rico legado cultural, no qual as concepções de Hegel eram dominantes.

A miséria alemã foi enfrentada pelos jovens intelectuais hegelianos que perceberam no terreno filosófico perpassado pela religião o caminho para o confronto com as instituições sócio-políticas da Alemanha. As ideias desses jovens, representados por Bruno Bauer, foram animadas por um espírito liberal que denotava ousadia naquele ambiente servil.

Quando Bauer ministrou um curso na universidade de Berlim, Marx o assistiu e dele se aproximou, participando ambos do Clube dos Doutores. Bauer, nove anos mais velho que Marx, era um conhecido intelectual e brilhante aluno de Hegel. Tomou uma postura liberal no plano religioso e político, sendo alvo de protestos por parte dos velhos hegelianos. Os jovens hegelianos e o Clube dos Doutores foram caçados e Bauer exonerado do cargo de professor da Universidade de Berlim. Com obras publicadas entre 1841-1842, Bauer rompe com a religião, mas, isso não o leva ao Materialismo.

Ao intensificar sua crítica à religião, Bauer foi se tornando radicalmente liberal, mas as perseguições que sofreu reduziram suas preocupações políticas a especulações fantasiosas e a um cristianismo abstrato. Nos anos posteriores a 1849, Bauer cai em decadência e sua influência desaparece, tornando-se em seus últimos anos profundamente conservador.

Quando Marx faz neste texto a crítica a Bauer, encontra-se num momento intelectual em definição: troca o curso de Direito pelo de Filosofia e alinha-se a esquerda hegeliana.

Sem ver perspectivas na vida acadêmica em razão das perseguições políticas, Marx decidiu-se pelo jornalismo, trabalhando na Gazeta Renana, onde assumiu a direção editorial. Nesse jornal, Marx faz algumas constatações:

de um lado, percebe [...] que nos conflitos políticos estão em jogo interesses econômico-sociais colidentes e que o papel arbitral e neutro do Estado é uma aparência; de outro, verifica a vacilação e a covardia da burguesia liberal, que prefere os conchavos e os acordos à luta consequente pelos seus proclamados ideais de liberalismo. (NETTO, 2008, p. 19).

Diante de suas descobertas, Marx constata a debilidade do liberalismo e a incapacidade da filosofia hegeliana em contemplar os problemas históricos concretos.

Neste mesmo momento surgem duas novas influências intelectuais

para Marx: Ludwig Feuerback (1804-1875) – suas obras fazem Marx transitar definitivamente para o materialismo – e Moses Hess (1812-1875), que despertou o interesse de Marx pelos movimentos anticapitalistas.

Em outubro de 1843, Marx se casou e fixou-se em Paris passando por um momento decisivo de sua trajetória intelectual. Estudou teoria política e iniciou sua crítica da filosofia de Hegel, sobretudo de sua teoria de Estado. A partir de então, Marx se assumiu como um comunista. Neste momento decisivo, Marx escreve *Para a Questão Judaica*, onde evidencia sua negação ao liberalismo. Aqui, Marx encontra-se numa vertente democrática radical em curso para uma futura perspectiva revolucionária, quando romperá definitivamente com as ideias de Bauer.

Em *Para a Questão Judaica*, entretanto, há entre Marx e Bauer apenas discordâncias. A obra trata da condição cívico-política dos judeus na Alemanha também ligada à situação miserável do povo alemão.

Quando a Confederação Germânica é estabelecida fica decretado o Estado cristão, e aos judeus é vedado o direito ao exercício das funções públicas que outrora possuíam.

Nos anos de 1840, entrou em pauta a questão judaica encabeçada pelos liberais e liderada por Bauer. Seu ponto de argumentação parte da ideia de que é o caráter religioso do Estado que impede a emancipação dos homens.

A liberdade universal ainda não é, na França, lei, a questão judaica também ainda não está resolvida, porque a liberdade legal – [a de] que todos os cidadãos [Bürger] são iguais – está limitada na vida (que ainda está dominada e fracionada pelos privilégios religiosos) [...] (BAUER *apud* MARX, 2009, p.43).

Bauer, por consequência, acredita ser inconsistente a reivindicação dos judeus em querer que o Estado abra mão de sua filiação religiosa se eles mesmos não estão dispostos a isso. Bauer, assim, desqualifica a luta dos judeus por sua emancipação e coloca o cristianismo como religião de caráter universal e o judaísmo como religião particular, o que inabilita o povo judeu para a emancipação.

A solução proposta por Bauer é a renúncia da religião por cristãos e judeus em favor de um racionalismo ilustrado e idealista. Bauer dá à questão judaica um tratamento religioso.

Teria de ser suprimido todo o privilégio religioso, em geral (portanto também o monopólio de uma igreja privilegiada), e se alguns, ou muitos, ou mesmo a esmagadora maioria, ainda acreditassem ter de cumprir deveres religiosos, este cumprimento teria de lhe ser com concedido como pura coisa privada. Não há mais religião quando não há mais nenhuma religião privilegiada. (BAUER *apud* MARX, 2009, p. 43)

Marx, ao contrário, confere um tratamento político à questão judaica. A crítica de Marx a Bauer inicia-se por determinar que tipo de emancipação

está em xeque. “Não basta de modo algum investigar quem deve emancipar, quem deve ser emancipado. A crítica tinha uma terceira coisa a fazer. Tinha de perguntar: de *que espécie de emancipação se trata?*” (Ibidem, p.44, grifo do autor).

Defende Marx que a emancipação política concedida pelo Estado laico não significará a emancipação do homem da religião: “O Estado pode, portanto, ter se emancipado da religião, mesmo quando a *esmagadora maioria* ainda é religiosa” (Ibidem, p.48, grifo do autor). Para Marx, a conquista da emancipação política dos judeus não os obriga a renunciar sua religião e sua cultura, mas, emancipados politicamente, não só os judeus, mas todos os membros da sociedade permanecerão cativos humanamente. Para Marx, o deslocamento da religião do campo do Estado para o campo privado da sociedade civil, essa cisão do público e do privado, serve de complemento para a emancipação política, ou seja, essa divisão do cidadão e do homem religioso é a própria emancipação política, é a forma como politicamente um homem se emancipa da religião (Ibidem, p.53).

Assim, a emancipação política não está diretamente ligada à emancipação religiosa:

A emancipação *política* relativamente à religião não é a emancipação consumada, a [emancipação] desprovida de contradição, relativamente à religião, porque a emancipação política não é o modo consumado, o [modo] desprovido de contradição, de emancipação *humana*. (Ibidem, p.48, grifos do autor)

Marx também afirma que Estado e religião são compatíveis:

A religião é, precisamente, o reconhecimento do homem por um atalho. Por um *mediador*. O Estado é o mediador entre o homem e a liberdade do homem. Assim como cristo é o mediador a quem o homem imputa sua divindade, todo o seu *contrangimento religioso*, também o Estado é o mediador para o qual ele transfere toda sua não-divindade, toda sua *ingenuidade humana*. (MARX, 2009, p. 49, grifos do autor).

Em sua argumentação, Marx foca a expressão moderna do Estado como repressão alienada dos interesses gerais em detrimento das particularidades (e é assim que o Estado se estabelece como universalidade) e retrata sua dinâmica de funcionamento:

O Estado político completo é, pela sua essência, a vida genérica do homem em *oposição* à sua vida material. Todos os pressupostos dessa vida egoísta continuam a subsistir *fora* da esfera do Estado na *sociedade civil*, mas como propriedades [*Eigenschaften*] da sociedade civil. Onde o Estado político alcança o seu verdadeiro desabrochamento, o homem leva – não só no pensamento, na consciência, mas na *realidade*, na *vida* – uma vida dupla, uma [vida] celeste e uma [vida] terrena: a vida na *comunidade política* (em que ele se [faz] valer como *ser comum*) e a vida na *sociedade civil* (em que ele é ativo como *homem privado*, considera os outros homens

como meio, se degrada a si próprio à [condição] de meio, e se torna o brinquedo de poderes estranhos). O Estado político comporta-se precisamente para com a sociedade civil de um modo tão espiritualista como o Céu para com a Terra. Está na mesma oposição a ela, triunfa dela do mesmo modo que a religião [triunfa] do constrangimento do mundo profano – i. e., na medida em que ele igualmente tem que reconhecê-la, estabelecê-la de novo, [tem igualmente] que deixar de ele próprio se dominar por ela. O homem, na sua realidade *mais próxima*, na sociedade civil, é um ser profano. Aqui onde ele se [faz] valer a si próprio e aos outros como indivíduo real – é um fenômeno *não-verdadeiro*. No Estado, ao contrário – em que o homem vale como ser genérico -, ele é o membro imaginário de uma soberania imaginada, é roubado da sua vida individual real e repleto de uma universalidade irreal. (MARX, 2009, p.50-51, grifos do autor).

Mais adiante, Marx considera que a emancipação política, mesmo sendo um avanço, uma forma de liberdade superior a da ordem feudal, não é ainda a emancipação humana.

*Toda* a emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, a indivíduo *egoísta independente*; por outro, a *cidadão*, a pessoa moral.

Só quando o homem individual retoma em si o cidadão abstrato e, como homem individual – na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais -, se tornou *ser genérico*, só quando o homem reconheceu e organizou suas *forças próprias* [forças próprias] como *forças sociais* e, portanto, não separa mais de si a força social na figura da força *política* – [é] só então [que] está consumada a emancipação humana. (Ibidem, p.71, grifos do autor).

Quando Marx escreveu *Para a Questão Judaica* ainda não tinha realizado uma análise rigorosa do capitalismo. Mas, já naquele momento, Marx percebeu o fetichismo que estava por trás da mercadoria dinheiro, que lhe apareceu como o espírito do capitalismo, o qual, já reconhecia Marx, é incompatível com qualquer ideal humanista.

Com base na leitura desta obra, pudemos perceber que a Política, segundo Marx, não é uma esfera neutra mediante os conflitos econômico-sociais, o Estado toma partido de uma parte dos envolvidos na luta de classes, deixando a outra à sua própria sorte.

A emancipação na esfera da política, segundo Marx, contém em si contradições, pois, só é capaz de separar o cidadão genérico do homem privado, fazendo com que os interesses universais dos homens sejam reprimidos e condensados nos interesses particulares dos cidadãos. É por este mecanismo que a esfera do Estado aparece falsamente como lugar do universal, obscurecendo sua face de defensora dos interesses particulares.

## **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social” (1844)**

Continuando nossa análise acerca do pensamento marxiano sobre Política, temos o pouco conhecido texto *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano*, tornado público entre os dias 7 e 10 de agosto de 1844 – mesma época de publicação da obra *Para a Questão Judaica*. Nesse texto, a tese central de Marx é a de que o Estado deve ser suprimido.

No ano de 1844, Marx conheceu a Liga dos Justos (que mais tarde tornar-se-ia Liga dos Comunistas) e iniciou a proveitosa amizade com Friedrich Engels. Além de Glosas Críticas, Marx também escreveu neste ano os *Manuscritos Econômico-filosóficos*. Por causa da obra *Glosas Críticas*, Marx, a pedido do governo prussiano, é expulso da França em 1845. Mudou-se, então, para Bruxelas, onde escreveu o primeiro trabalho em parceria com Engels: *A Sagrada Família*. Neste mesmo ano, a dupla começou a redigir *A Ideologia Alemã* e Marx elaborou *As Teses sobre Feuerbach*.

Conforme já esclarecido anteriormente, nesta conjuntura histórica a Alemanha encontrava-se atrasada política e socialmente. O movimento da burguesia ainda era fraco, mas lutava para se livrar do jugo feudal. As ideias de democracia, Estado e atividade política estavam na ordem do dia nos debates dos intelectuais burgueses. Marx, nesse momento de sua trajetória intelectual, acentua seus pensamentos no âmbito filosófico – o que o faz se perguntar pelo fundamento ontológico do homem e chegar à conclusão de que o trabalho é o fundamento do ser social -, para mais tarde se centrar nos estudos da economia política.

No mês de junho daquele ano eclodiu na província alemã de Silésia uma revolta de trabalhadores direcionada a banqueiros e industriais contra as degradadas condições de trabalho numa tecelagem. Segundo Arnold Ruge (o prussiano), os trabalhadores se revoltaram porque se sentiam excetuados da comunidade política. Para Marx (2010, p.75), entretanto,

a comunidade da qual o trabalhador está isolado é uma comunidade inteiramente diferente e de uma outra extensão que a comunidade política. Essa comunidade, da qual é separado pelo seu trabalho, é a própria vida, a vida física e espiritual, a moralidade humana. A essência humana é a verdadeira comunidade humana.

Tal ato dos trabalhadores foi violentamente repreendido pelo rei da Prússia. O episódio repercutiu enormemente na Alemanha e fora dela por representar o primeiro movimento de revolta de trabalhadores alemães.

Diante destes fatos, Ruge escreve um artigo no jornal *Vorwärts* e sua principal afirmação é a de que a sociedade alemã ainda não percebeu o caráter universal da necessidade de uma reforma social porque é atrasada politicamente: “É impossível, para um país não político como a Alemanha,

compreender que a miséria parcial dos distritos industriais é uma questão geral e muito menos que representa um problema para o conjunto da sociedade.” (RUGE *apud* MARX, 2010, p.42).

O equívoco metodológico consiste, pois, em tomar a esfera da política, que é *parte, momento* da totalidade social, como princípio, como fundamento da inteligibilidade dos fenômenos sociais. A pretexto de defender a autonomia dos diversos momentos do ser social e de evitar o economicismo, a ciência burguesa suprimiu os nexos íntimos, essenciais, entre economia e política, e a subordinação ontológica da segunda à primeira<sup>4</sup>. (TONET, 2010, p.16, grifos do autor).

Marx faz duras críticas ao posicionamento de Ruge, fazendo comparações com países avançados politicamente como a Inglaterra e a França: “se a burguesia não política da Alemanha é incapaz de tomar consciência da importância universal de uma miséria parcial, a burguesia da política Inglaterra é capaz de desconhecer a importância universal de uma miséria universal” (MARX, 2010, p. 50). Marx afirma que assim como a ciência social burguesa, a Economia Política, atribui os males sociais a diversos motivos, sem chegar à raiz da questão, o pensamento político não é capaz de perceber a razão dos problemas sociais.

Quanto, mas poderoso é o Estado e, portanto, quanto mais político é um país, tanto menos está disposto a procurar no princípio do Estado, portanto no atual ordenamento da sociedade, do qual o Estado é a expressão ativa, autoconsciente e oficial, o fundamento dos males sociais e a compreender-lhes o princípio geral. O intelecto político é político exatamente na medida em que pensa dentro dos limites da política. Quanto mais agudo ele é, quanto mais vivo, tanto menos é capaz de compreender os males sociais. (MARX, 2010, p.62).

Marx assinala que a revolta dos trabalhadores silesianos traz à luz a diferenciação entre os polos político (perspectiva burguesa) e social (expressão do trabalho): “Com efeito, assim como a impotência da burguesia alemã é a impotência política da Alemanha, assim a disposição do proletariado alemão – ainda que prescindindo da teoria alemã – é a disposição social da Alemanha.” (Ibidem, p. 70).

Neste texto, no que diz respeito ao Estado, quatro proposições são colocadas: (1) Estado e sociedade civil mantém uma relação de dependência ontológica: “Com efeito, essa dilaceração, essa infâmia, essa escravidão da sociedade civil é o fundamento natural em que se apoia o Estado moderno, assim como a sociedade civil da escravidão era o fundamento no qual se

---

4 Fragmento retirado da apresentação feita pelo professor Ivo Tonet (UFAL) do texto Glosas Críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”, de um prussiano (Expressão Popular, 2010)

apoiava o Estado antigo.” (Ibidem, p. 60); (2) O Estado está voltado para os interesses das classes dominantes: “Se o Estado quisesse acabar com a impotência da sua administração, teria que acabar com a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como antítese dela” (Ibidem, p.61); (3) O Estado não tem poder para acabar com os males sociais: “O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição” (Ibidem, p. 60) e (4) O Estado deve ser abolido:

A revolução em geral – a derrocada do poder existente e a dissolução das velhas relações - é um ato político. Por isso, o socialismo não pode efetivar-se sem revolução. Ele tem necessidade desse ato político na medida em que tem necessidade da destruição e da dissolução. No entanto, logo que tenha início a sua atividade organizativa, logo que apareça o seu próprio objetivo, a sua alma, então o socialismo se desembaraça do seu revestimento político. (MARX, 2010, p. 78).

É em Glosas Críticas que Marx traz pela primeira vez a discussão que trata da diferenciação entre revolução política e revolução social. Para o pensador, a revolução política consiste apenas na busca de determinadas classes pelo fim do isolamento político do Estado e do poder, assim sendo, encerra o ponto de vista de uma totalidade abstrata. Já a revolução social traz o prisma da verdadeira totalidade uma vez que é a luta do homem, enquanto indivíduo singular real, contra sua desumanização e separação da comunidade humana.

Ao realizar a leitura deste texto percebemos que Marx, por todos os argumentos que apresenta, é levado a asseverar que uma sociedade comunista não pode vir a existir sem a destruição do Estado.

Para Marx, o intelecto político é limitado e incapaz de compreender as razões dos males que afligem a sociedade porque pensa dentro do âmbito da política, sendo assim, fica pela lógica de seu pensamento impossibilitado de ver que o Estado está na raiz dos males sociais. Ainda segundo Marx, a impotência do pensamento político alemão está em sintonia com a impotência da burguesia alemã, colocando, assim, a política e a burguesia (alemã) no mesmo plano.

Marx, em Glosas Críticas, deixa claro que a política é luta de uma determinada classe pelo poder, por isso mesmo é que os proletários para conquistarem o poder para si devem se valer da luta política, desvencilhando-se, entretanto, da política tão logo consigam colocar em evidência a alma social do seu movimento.

## Manifesto do Partido Comunista (1848)

Em 1848, Marx é expulso de Bruxelas pelo governo belga. Junto a Engels, transfere-se para Colônia (Alemanha), onde fundam o jornal Nova Gazeta Renana. Em Londres, foi publicada a primeira edição do Manifesto Comunista

Nesta primeira metade do século XIX, Marx e Engels entram na Liga dos Justos<sup>5</sup> num momento em que essa reexaminava seus referenciais políticos e ideológicos.

Com efeito, em nível histórico-universal, a primeira metade do século XIX constitui o espaço em que a dinâmica econômico-social posta em marcha pela burguesia heroica e empreendedora dos dois séculos anteriores configura a sociedade civil e o Estado segundo os seus particulares interesses de classe, apresentados como *interesses gerais* na luta contra as barreiras anticapitalistas herdadas e próprias da sociedade feudal. Trata-se do espaço histórico em que o desenvolvimento capitalista liquida ou subordina as instituições econômicas precedentes e engendra as suas próprias instituições sócio-políticas. Trata-se, em suma, do coroamento da constituição da ordem societária comandada pelo movimento do capital, redefinindo radicalmente as relações sociais e de classes. (NETTO, 1998, p. XVIII, grifos do autor)

Em junho de 1847, em seu I Congresso, com a presença de Engels, a Liga se transformou radicalmente passando a se chamar Liga dos Comunistas, mudando a antiga palavra de ordem de “*Todos os homens são irmãos*” para “*Proletários de todos os países, uni-vos!*”. Era preciso então um programa de ações para a nova organização num momento histórico em que a questão operária estava na ordem do dia.

Entre novembro e dezembro de 1847, no II Congresso da Liga dos Comunistas, Marx e Engels ficaram incumbidos de redigir o programa da Liga e a isso dedicaram-se no período de dezembro de 1847 e janeiro de 1848. Já em fevereiro de 1848, três mil cópias do Manifesto foram impressas.

A 24 de fevereiro de 1848 espalha-se por toda a Europa a revolução que teve como saldo imediato a derrota dos movimentos populares e democráticos. Os confrontos de 1848 traziam à luz a nova divisão de classes entre proprietários e proletários, resultantes da dominância burguesa sobre o regime feudal, lançando as bases para o desenvolvimento urbano industrial moderno – o qual é objeto de discussão no Manifesto.

Até então, frequentemente as demandas dos segmentos vinculados ao trabalho apareciam indistintas dos projetos burgueses, subsumidas na aspiração revolucionária da *igualdade*, da *fraternidade*

---

5 A Liga dos Justos, derivada da Liga dos Proscritos criada dez anos antes, era uma associação de trabalhadores, principalmente artesãos alemães emigrados, e se caracterizava por confusas concepções: conspirativismo e mistura de filosofia alemã, socialismo francês e utopismos.

e da *liberdade*. O trabalho, nos confrontos sócio-políticos, surgia também e ainda subordinado ao capital. É nas jornadas de 1848 que se patenteia o radical antagonismo entre ambos [...]. 1848, numa palavra, explícita, em nível histórico universal, a ruptura do bloco histórico que derruiu a ordem feudal: trouxe à consciência social o ineliminável antagonismo entre capital e trabalho, burguesia e proletariado. (NETTO, 1998, p. XIX grifos do autor)

O protagonismo burguês centra-se no conservadorismo, na emancipação política e na figura do cidadão, ou seja, naquilo que era compatível com a lógica de acumulação e valorização do capital. A emancipação humana caberá apenas ao proletariado.

O significado de 1848 é precisamente este: com a derrota das aspirações democrático-populares, determinada pelo comportamento de classe da burguesia, o proletariado se investe, em nível histórico-universal, como o herdeiro das tradições libertárias e humanistas da cultura ocidental, constituindo-se como o sujeito de um novo processo emancipador, cuja condição prévia, histórico-concreta, é a ruptura mais completa com a ordem do capital. Assim, no plano prático-político, a revolução de 1848 tem um significado inequívoco: trouxe à cena sócio-política uma classe que, a partir daqueles confrontos, pode aceder à consciência dos seus interesses específicos – viabilizou a emergência de um projeto sócio-político *autônomo*, próprio, do proletariado; mais exatamente: propiciou a auto-percepção *classista* do proletariado. (NETTO, p. XX, grifos do autor)

O Manifesto se reveste, então, da responsabilidade de ser o projeto sócio-político do proletariado, quando esse se reveste do estatuto de classe para si. No momento de sua elaboração, entretanto, é preciso ter clareza de que o pensamento econômico de Marx ainda estava por receber a maturidade demonstrada nos escritos d'O Capital.

**No Manifesto, Marx e Engels já dispõem das referências teórico-metodológicas fundamentais com que trabalharão pelo resto de suas vidas** – nele, a sua modalidade original de processar teoricamente o material histórico-social está posta; **porém, a exploração e o tratamento desse material ainda distam muito do que obterão na sua trajetória ulterior.** (NETTO, 1998, p. XXIV, grifos do autor)

O movimento operário não por acaso esteve no centro da produção de Marx e Engels, mas, por consequência da concepção teórica, já que

Uma teoria social assentada numa ontologia do ser social que credita ao trabalho o fundamento da socialidade não tem no proletariado um elemento externo e contingente: identifica nele o sujeito concreto de sua razão de ser – donde a consequente ultrapassagem da

subordinação política a que o proletariado parece estar condenado, donde o congruente protagonismo que lhe é conferido. (NETTO, 1998, p. XXVIII)

A redação do Manifesto mostra que a tradição teórico-cultural progressista deveria ser assumida pelo proletariado na busca por uma sociedade livre e emancipada. A filiação de Marx e Engels a esse movimento operário promoveu uma profunda transformação nos seus rumos históricos.

Muito resumidamente, o *núcleo duro* da transformação promovida por ambos, ainda que o contributo pessoal de cada uma deles tenha sido distinto, consiste em **ter elaborado teoricamente a perspectiva de classe necessária para fundar o projeto comunista revolucionário**. E é no *Manifesto* que, pela primeira vez, aparece plenamente este traço constitutivo do projeto comunista – traço que haverá de demarcar, visceralmente, a radicalidade revolucionária da inspiração marx-engelsiana de proporções reformistas (desenvolvidas no interior ou no exterior do universo proletário). (NETTO, 1998, p. XXXVI, grifos do autor)

O desenvolvimento da ordem burguesa e da economia capitalista até os anos 1850 serviram de arranques para que a classe operária alcançasse seu protagonismo político, mas, isso só poderia se converter em efetividade por meio da atividade orientada destes homens. “No caso do proletariado, a perspectiva de classe só é revolucionária se se fundar numa correta compreensão da sociedade e de si mesmo; neste caso, a correção teórica é uma questão política de vida ou de morte para o protagonismo revolucionário do proletariado (...)” (NETTO, 1998, p. XLIV). O Manifesto era o instrumento teórico que daria concreticidade ao plano político-prático da luta dos operários e a sua auto-percepção enquanto classe para si. Nele três pontos distintos, mas, imbricados estão postos: a perspectiva de classe, a análise teórica e a proposta política fundada na análise teórica.

No momento em que escreviam o Manifesto, Marx e Engels também já tinham clareza da importância das ações do sujeito **social** (classista) na história: “Compreendam que a ação política eficaz não podia derivar unilateralmente da 'vontade do sujeito' nem da sua passividade diante do movimento social; ao contrário, a ação política eficiente deveria ultrapassar as antíteses do 'voluntarismo' e do 'fatalismo'” (NETTO, 1998, p. XLVIII).

Já no texto do Manifesto, Marx e Engels se referindo ao espetacular desenvolvimento da burguesia após suplantarem o regime feudal, afirmaram que, com o fim da monarquia absoluta, a burguesia, ademais as outras conquistas (estabelecimento da grande indústria e domínio do mercado mundial), conseguiu também o poderio político: “O executivo do Estado moderno não é mais do que um comitê para administrar os negócios coletivos de toda a classe burguesa” (MARX e ENGELS, 1998, p. 7). A centralização política decorre disto, aliada à centralização dos meios de produção e da propriedade: “Províncias independentes, quase apenas aliadas, com interesses, leis,

governos e direitos alfandegários diversos, foram reunidas *numa* nação, *num* governo, *numa* lei, *num* interesse nacional de classe, *numa* fronteira alfandegária” (MARX e ENGELS, 1998, p.10, grifos dos autores). Assim, a burguesia estabelece seu domínio econômico e político.

Marx e Engels falam no Manifesto da tendência que o capitalismo traz (desenvolvimento da grande indústria) à união dos proletários de todos os lugares enquanto classe, partido político, e não mais como operários singulares, o que leva à luta dessa classe contra a burguesia, e afirmam: “todas as lutas de classes são lutas políticas” (Ibidem, p. 16). Assim, segundo Marx e Engels,

O proletariado utilizará o seu domínio político para ir arrancando todo o capital das mãos da burguesia para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rápido possível a massa das forças produtivas. (1998, p.29-30)

O referido domínio político do proletariado será de natureza diferente do domínio político exercido pela burguesia porque será um movimento autônomo da imensa maioria da população em favor da imensa maioria.

Com a revolução proletária e a passagem do proletariado à classe dominante, ter-se-à a conquista da democracia pela luta revolucionária do proletariado. Com o passar do tempo, segundo Marx e Engels, as diferenças de classes desaparecerão, os indivíduos se associarão e o poder público se livrará de seu caráter político, já que: “Em sentido próprio, o poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra” (Ibidem, p.31).

Ao final do confronto, a velha forma de sociabilidade burguesa será substituída pela associação dos indivíduos “em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos” (Ibidem, p.31).

No Manifesto, Marx e Engels afirmam que a burguesia ao derrubar o regime feudal conquista para si o poder político, o que implica em dizer que o Estado Moderno nada mais é que um comitê para administrar os interesses dos proprietários burgueses. Assim, da centralização dos meios de produção e da propriedade engendradas pela burguesia, decorre a centralização do poder político em suas mãos.

Aqui, mais uma vez, Marx e Engels deixam claro que o proletariado deve se utilizar da luta política para poder pôr em marcha a construção de uma sociedade igualitária, comunista, mas, diferenciam a tomada do poder político pela burguesia e daquela realizada pelo proletariado, assinalando que esse se organizará num movimento representado os interesses da maioria da população em detrimento dos interesses na minoria burguesa, o que contrasta com o poder político nas mãos da burguesia, que nada mais é que o exercício da tirania de uma pequena parte da população sobre a imensa massa proletária. Fica claro aqui que o poder político é o poder de opressão de uma classe contra a outra, sendo assim suas ações são parciais e nunca universais.

## As lutas de classe na França de 1848 a 1850 (1850)

Nesta obra, que na verdade é originalmente uma série de artigos políticos organizados sob um título único, Marx, que durante o período revolucionário de 1848-1849 estava exilado em Londres, vai analisar *post festum* estes dados de realidade com base em sua concepção materialista, percebendo os acontecimentos políticos à luz de suas causas econômicas, tendo como pano de fundo a relação entre as classes sociais e o vislumbre de que a verdadeira luta girava em torno da disputa do Estado.

Na primavera de 1850, Marx se dedicou a estudar a economia dos dez últimos anos, percebendo que a crise comercial mundial de 1847 foi a parteira das revoluções de fevereiro (iniciada dia 24 na França) e março (dia 13 em Viena e dia 18 em Berlim) de 1848, enquanto o novo período de crescimento econômico de 1849-1850 foi a força de que se precisava para acabar com os anseios revolucionários, culminando no Golpe de Estado de Luis Bonaparte em 2 de dezembro de 1851.

Após a breve vitória do proletariado em 1848, as massas, embora irreprimíveis, ainda não tinham idéia de que caminho seguir a partir de então, não compreendiam o verdadeiro sentido da emancipação buscada. Mas, este não era o principal entrave: a economia carecia ainda de um amadurecimento tal que permitisse o fim da produção capitalista. A burguesia se colocava ao lado dos governos e saudava os soldados que reagiam contra os proletários. Para Engels, muitas lições deixou a revolução de 1848-1850:

Onde quer que se trate de transformar completamente a organização da sociedade, cumpre que as própria massas nisso cooperem, que já tenham elas próprias compreendido de que se trata, o motivo pelo qual dão seu sangue e sua vida. Isto é o que nos ensinou a história dos últimos cinquenta anos. Mas para que as massas compreendam o que é necessário fazer é mister um trabalho longo e perseverante;[...] ([19 ], p. 106)

Nesta obra, Marx fala sobre as fraudes dentro do Estado francês que favoreciam, desviando quantias enormes de dinheiro, frações da burguesia banqueira que ocupavam cargos políticos durante o período da Monarquia de Julho, a qual ocupou o poder depois da derrota da revolução.

A Monarquia de julho, depois de toda a roubalheira, foi substituída por um governo provisório, também formado por representantes da burguesia republicana. Os proletários queriam do governo provisório a proclamação da república – e com ela, o sufrágio universal - e em fevereiro foram ouvidos. Com a república, "O que o proletariado conquistava era o terreno para lutar pela sua emancipação revolucionária, mas, não, de modo algum, a própria emancipação" (MARX, [19 ], p.117). Isto porque a República de fevereiro 1848 fez demonstrar a completa dominação política da burguesia e incorporava junto

à aristocracia financeira todas as demais classes possuidoras. "A República não encontrou resistência alguma, nem de fora, nem de dentro. E isto a desarmou. Sua missão já não consistia em transformar revolucionariamente o mundo, mas, apenas, em adaptar-se às condições da sociedade burguesa" (MARX, [19 ], p. 121).

A República para se livrar do grande déficit de que padecia e proteger o capital colocou sobre os ombros dos camponeses um novo imposto e estes passaram a vê-la de forma diferente, bem como ao proletariado, o qual lhe parecia um festeiro que as suas custas comemorava. A emancipação requerida pelo proletariado, bem como as promessas que lhe haviam sido feitas, também se converteram num fardo impossível de suportar para a República, era preciso então tirá-lo de cena. A saída encontrada foi opor uma fração proletária à outra. Contra os proletários se insurgiram os lupemproletários sob a forma de Guardas-móveis e um exército operário industrial, as Oficinas Nacionais. Mas, essas últimas não cumpriram sua função, transformando-se num exército para a revolta a favor do proletariado e, por isso, ganharam o ódio da burguesia.

Cada vez ficava mais clara para Marx a verdadeira natureza da República:

A República proclamada pela Assembléia Nacional, a única República legítima, é a República que não apresenta nenhuma arma revolucionária contra a ordem burguesa. Pelo contrário, é a reconstituição política dessa ordem, a reconsolidação política da sociedade burguesa, numa palavra, a República burguesa. ([19 ],p.128)

Logo os operários foram empurrados pelas circunstâncias para a luta contra burguesia, uma vez que perceberam ser utópica qualquer melhoria de suas condições de vida dentro da República burguesa. "Ao transformar a sua sepultura em berço da República burguesa, o proletariado obrigara esta, ao mesmo tempo, a manifestar-se na sua forma pura, como o Estado cujo fim confessado é eternizar a dominação do capital e a escravidão do trabalho" (MARX, [19 ], p.131)

A 25 de junho explode a Revolução comandada pela burguesia republicana e essa ao chegar ao poder, esmagando os operários, logo tratou de tomar medidas a seu favor, sempre no intento da salvação da propriedade. Isso não favoreceu, entretanto, os pequenos burgueses endividados aos quais eram direcionadas as garras de seus credores. Assim, surge uma declaração aberta de guerra contra o republicanismo burguês.

Os camponeses, para os quais a República representava o arrecadador de impostos, se insurgiram contra ela a 10 de dezembro de 1848. Tentavam derrubar a República dos ricos e colocar Napoleão como seu imperador. Para isso, receberam apoio dos proletários e da pequena burguesia, ambos interessados na volta de Napoleão. O exército também votava em Napoleão, contra a Guarda Móvel. Votar em Napoleão, em última instância,

significava votar contra a República burguesa. A 20 de dezembro Luis Napoleão é proclamado presidente. Mas, com a proposição de seu ministério, a 27 de dezembro, de conservação do imposto do sal, a figura de Napoleão logo se desfez diante dos camponeses. A Constituinte, para manter a simpatia dos camponeses e derrubar o ministério, reduziu em um terço o imposto do sal.

Com a vitória de Napoleão, a Constituinte e o Ministério passam a disputar poder entre si. No fim, a Assembleia Constituinte é destruída e a 28 de maio a Assembleia Legislativa é colocada em seu lugar. O Partido da Ordem (classe burguesa), em disputa com o Partido Vermelho (operários e pequenos burgueses) e com Os Amigos da Constituição (republicanos burgueses), acaba conseguindo a maioria na Assembleia Legislativa.

Com a Assembléia Nacional legislativa completou-se a formação da **República constitucional**, isto é, da forma republicana de governo em que se constitui a dominação da classe burguesa e, portanto, a dominação conjunta das duas grandes frações monárquicas que compõem a burguesia francesa: os legitimistas e os orleanistas coligados, o **partido da ordem**. (MARX, [19 ], p.159, grifos do autor)

Em *As lutas de classes na França*, é importante notas as considerações e Marx acerca da República proclamada na França, a qual denomina como sendo uma nova consolidação da política voltada para os interesses da burguesia. E ainda que a tarefa do Estado é eternizar a relação de dominação do capital sobre o trabalho.

### **O 18 Brumário (Dezembro de 1851 a Março de 1852)**

Em 1851, Marx dedicou-se intensamente aos estudos de Economia na biblioteca do Museu Britânico. Recebeu e aceitou proposta de trabalho como redator do jornal New Yorky Daily Tribune. E foi publicado em Colônia, por intermédio do editor Hermann Becker, o tomo *Ensaio Escolhidos de Marx*. No ano seguinte, 1852, finalizou o conjunto de artigos reunidos sob o título de O 18 brumário de Luís Bonaparte.

Na obra O 18 Brumário, Marx, com seu profundo conhecimento da história francesa, narra acontecimentos que culminaram com um golpe de Estado na França feito por Luis Napoleão. Nesta obra, e em outras, a dialética é apresentada como teoria do conhecimento e modo de ser do real. Aqui estão colocadas a teoria da luta de classes e suas diferentes manifestações diante dos acontecimentos, essa luta de classes que, segundo Marx, “criou circunstâncias e condições que possibilitaram a um personagem medíocre e grotesco desempenhar um papel de herói” (1978, p.8).

A concepção de Marx acerca do Estado aparece nesta obra contrariando a ideia dominante de que este representa a vontade geral e enfatizando sua relação com os interesses das classes dominantes.

Êsse poder executivo, com sua imensa organização burocrática e militar, com sua engenhosa máquina do estado, abrangendo amplas camadas com um exército de funcionários totalizando meio milhão, além de mais meio milhão de tropas regulares, êsse tremendo corpo de parasitas que envolve como uma teia o corpo da sociedade francesa e sufoca todos os seus poros, surgiu no tempo da monarquia absoluta, com o declínio do sistema feudal, que contribuiu para apressar. Os privilégios senhoriais dos senhores de terras e das cidades transformaram-se em outros tantos atributos do poder do Estado [...] (MARX, 1978, p.113, sic).

As diversas ligações recíprocas entre economia e política estão aqui esboçadas, além da relação entre modo de produção, relações de produção e ideologia.

No livro, Marx relata os acontecimentos na França que vão desde Fevereiro de 1848 até Dezembro de 1851, iniciando com o período da Constituição da República, passando pela ditadura burguesa e, posteriormente, pela eleição de Bonaparte para presidente em 10 de Dezembro de 1848, com o fim da Assembleia Constituinte e criação da Assembleia Legislativa. Chega à República Constitucional e finalmente à 2 de Dezembro de 1851, quando Bonaparte sai vitorioso de um Golpe de Estado, acabando com o regime parlamentar e com o domínio da burguesia.

Neste período da história francesa, a burguesia, a pequena-burguesia, os proletários e os camponeses estavam envolvidos numa longa trama política. Não obstante, a pequena-burguesia, a burguesia, ocupando cargos dentro do Estado e o presidente Bonaparte é que se enfrentavam todo o tempo em busca de seus interesses. As diferentes frações da burguesia entraram em conflito muitas vezes para verem o poder do Estado a serviço de seus rendimentos comerciais. Nesse momento histórico, o sufrágio universal é abolido, novos impostos são colocados para a população; dentro da esfera do Estado a pequena-burguesia, a burguesia, representados por seus respectivos partidos políticos, e Napoleão iam criando mecanismos sob a forma de leis para verem seus negócios prosperarem.

E todas as instituições do Estado, o Senado, o Conselho de Estado, o legislativo, a Legião de Honra, as medalhas dos soldados, os banheiros públicos, os serviços de utilidade pública, as estradas de ferro, o *état major* (estado-maior) da Guarda Nacional com a exceção das praças, e as propriedades confiscadas à Casa de Orléans – tudo se torna parte da instituição do suborno. Todo posto do exército ou na máquina do estado converte-se em meio de suborno. (MARX, 1978, p.125, sic).

Nesta obra, Marx sustenta duas importantes teses: a primeira é a de que o Estado não é representante de uma vontade universal, mas, sim, de interesses particulares da burguesia. E (segunda tese) para que sua função

última seja cumprida é necessário que a corrupção e o suborno sejam a ordem do dia dentro da máquina estatal, tendo em vista que o Estado tem por intenção manter a imagem para a massa da população de que é o seu representante maior, enquanto isso, dentro de seu aparelho burocrático, dentro das instituições do Estado, tudo se torna um meio para o roubo velado.

### **A Guerra Civil em França (1871)**

Em A Guerra Civil em França, Marx anuncia acontecimentos na França relacionados com a luta de classes entre burgueses e proletários e com a recorrente tentativa dos primeiros desarmarem os segundos, por lhes pareciam sempre uma ameaça. Os operários se ergueram contra as medidas tomadas pelo governo para o seu desarmamento e contra a iniciativa da guerra Franco-prussiana.

A 26 de março de 1871, a Comuna de Paris, mais importante luta operária do período em que Marx e Engels viveram, é proclamada, tomando várias resoluções em favor dos proletários. Tudo isso numa Paris cercada por tropas do governo. Mas, o que era a Comuna? Marx nos responde que

ela era uma forma política inteiramente expansiva, ao passo que todas as formas anteriores de governo têm sido marcadamente repressivas. Era este o seu verdadeiro segredo: ela era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a apropriadora, a forma política, finalmente descoberta, com a qual se realiza a emancipação econômica do trabalho. (1984, p. 68-9)

A Comuna se dividia em dois polos: os blanquistas (maioria) e os membros da Associação Internacional dos Trabalhadores – proudhonianos. Os primeiros, responsáveis pelos atos políticos; os segundos, pelos econômicos. A Comuna, contrariando as ideias de blanquistas e proudhonianos acabou por basear suas ações na organização da grande indústria em associações operárias - sendo estas unificadas numa grande federação - e na organização nacional constituída pela livre federação de todas as comunas. O poder dos operários, sabia a Comuna, não poderia ser exercido no seio das velhas relações de poder e, por isso, era necessário o rompimento com a forma burguesa do Estado.

Em que consistia a qualidade característica do Estado, até então? A sociedade tinha criado originalmente os seus órgãos próprios, por simples divisão do trabalho, para cuidar dos seus interesses comuns. Mas estes órgãos, cuja cúpula é o poder de Estado, tinham-se transformado com o tempo, ao serviço dos seus próprios interesses particulares, de servidores da sociedade em senhores dela. Como se pode ver, por exemplo, não meramente na monarquia hereditária, mas igualmente na república democrática. (ENGELS, 1984, p.21).

Nesta obra, Marx mostra que os operários franceses, ingleses e alemães se dão as mãos, opondo-se às iniciativas de guerra entre a França e a Prússia. Para Marx, todas as guerras de rapina eram motivadas pelos interesses das classes dominantes e também tinham o intuito de enfraquecer o movimento proletário revolucionário.

A 18 de Março a Comuna - os proletários, o auto-governo dos produtores – ergue-se sobre Paris contra os abusos do poder governante. Diante disso, Marx afirma que

Mas a classe operária não pode apossar-se simplesmente da maquinaria do Estado já pronta e fazê-la funcionar para os seus próprios objetivos.

O poder centralizado do Estado, com seus órgãos onnipresentes: exército permanente, polícia, burocracia, clero e magistratura – órgãos forjados segundo o plano de uma sistemática e hierárquica divisão de trabalho – tem origem nos dias da monarquia absoluta, ao serviço da classe média nascente como arma poderosa nas suas lutas contra o feudalismo. [...] Do mesmo passo em que o progresso da indústria moderna desenvolvida, alargava, intensificava o antagonismo de classe entre capital e trabalho, o poder de Estado assumia cada vez mais o carácter do poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma força pública organizada para a escravização social, de uma máquina de despotismo de classe. Depois de qualquer revolução que marque uma fase progressiva na luta de classes, o carácter puramente repressivo do poder de Estado abre caminho com um relevo cada vez mais acentuado (1984, p.62-3, sic).

A ofensiva armada do governo, traições e negligências da Guarda Nacional fizeram com que os comunardos fossem vencidos.

Neste texto, segundo Engels, o Estado, voltado para seus (da burguesia) interesses particulares, deixou de estar à serviço da sociedade para se colocar como uma força acima dela. Marx afirma que em virtude dessa natureza da política enquanto força de opressão uma classe pela outra, os proletários devem partir para a conquista do poder político, mas, não simplesmente se apossando da máquina estatal, pois esta, tal como se encontra erguida não pode servir a outra classe que não a dos burgueses, colocando-se como um poder nacional de escravização social do capital sobre o trabalho. É preciso que, tão logo os proletários tomem o poder político em suas mãos, comecem por modificar os órgãos que constituem o poder centralizado do Estado, conforme fez a Comuna em suas medidas, transformando-o em um Estado Proletário, o qual preparará o terreno para a abolição das classes e, por assim dizer, do próprio Estado.

## Considerações Finais

Com base em nosso breve estudo acerca do conceito de Política em Marx, pudemos constatar que para tratar o tema da Política, muitas vezes, o autor se refere ao Estado, seja aquele da época da monarquia absoluta ou o Estado moderno burguês. Profundamente envolvido e interessado pelos acontecimentos que marcaram a sociedade de sua época, Marx foi, a partir dos dados de realidade que analisava, tecendo, alargando e complexificando sua teoria crítica sobre a Política.

De acordo com os textos de Marx (e alguns de Marx e Engels) estudados, ficou-nos claro que este considera que à Política é vetada a possibilidade de neutralidade e que o Estado se coloca sempre a favor da classe economicamente dominante, ou seja, da classe burguesa. Já que o Estado não é representante de uma vontade universal, mas, sim, de interesses particulares, para que sua função seja cumprida sem o conhecimento (e a revolta daí decorrente) da população é necessário que a corrupção e o suborno estejam na ordem do dia no âmbito das ações do aparato estatal.

Marx e Engels afirmam no Manifesto que o Estado Moderno não é mais é que um comitê de negócios dos proprietários burgueses. Assim, a burguesia não somente centraliza os meios de produção, mas, também, o poder político. Cabe, conseqüentemente, ao Estado a tarefa de perpetuar a dominação do capital sobre o trabalho.

Segundo Marx afirma no texto Glosas Críticas, o intelecto político é dotado de limitações e não compreende que o Estado nasce da contradição entre as classes sociais, a qual gera os males sociais, sendo assim, o pensamento político não pode chegar à raiz dos problemas que afligem à sociedade sob pena de ter de condenar-se a si mesmo. Assim é que os intelectuais políticos atribuem às mais diversas causas, inclusive aos seus adversários políticos, a culpa pela miséria que assola a vida dos trabalhadores.

De suas descobertas, Marx retira a conclusão de que a emancipação humana de todos os indivíduos, o comunismo, não pode se dar sem a destruição do Estado. Entretanto, antes de destruí-lo, o proletariado deve conquistar para si o poder político, já que a política se constitui na dominação de uma classe pela a outra. A diferença deste movimento estará no fato de que a conquista do poder político pelo proletariado não será mais a dominação da maioria do povo pela minoria burguesa, mas, sim, a grande massa do povo no poder em detrimento dos mesquinhos representantes da burguesia. Marx deixa claro que no momento em que os proletários tomarem o poder político em suas mãos, devem começar a modificar os órgãos que constituem o poder centralizado do Estado, colocando-os a favor da classe produtora.

E, finalmente, assim que o proletariado puser em marcha a alma social de seu movimento, a partir do momento em que não houver mais classes sociais, o Estado será completamente abolido e a sociedade passará a ser regida pelo poder dos produtores associados, os quais promoverão uma substancial igualdade social.

## REFERÊNCIAS

MARX, Karl. **Para a Questão Judaica**. Trad.: José Barata Moura. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. **Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano**. Trad.: Ivo Tonet. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. As lutas de classes na França de 1848 a 1850. In: **Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas**. Vol.1 São Paulo: Alfa-Omega, [19- ].

\_\_\_\_\_. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. 4. Trad. Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. **A Guerra Civil em França**. Trad. Eduardo Chitas. Edições Avante: Lisboa, 1984.